

Os que estão, os que chegam: memórias, narrativas e patrimônio*

*Geni Rosa Duarte***

Resumo. Este artigo tem por objetivo discutir memórias presentes na cidade de Guaíra, situada na fronteira Brasil-Paraguai, reproduzidas pelo Museu Sete Quedas, confrontando-as com as de outros grupos sociais, como índios e pescadores. Estes últimos se posicionam sobre questões como migrações, trabalho, preservação ambiental e patrimônio, deixando evidente uma diversidade de concepções e posicionamentos, bem como as disputas e tensões ali presentes.

Palavras-chave: Memória; História; Patrimônio.

Those who live here; those who arrive: memories, narratives and heritage

Abstract. Memories of the town of Guaíra on the Brazilian-Paraguayan border and exhibited in the Sete Quedas Museum, are analyzed and contrasted with those of other social groups, namely Indigenes and fishermen. The later discuss such issues as migration, work, environmental preservation and heritage. A variety of concepts, opinions, disputes and tensions emerges.

Keywords: Memory; History; Heritage.

Los que están, los que llegan: memorias, narrativas y patrimonio

Resumen. Este artículo tiene por objetivo discutir las memorias presentes en la ciudad de Guaíra, situada en la frontera entre Brasil y Paraguay, y reproducidas por el Museo *Sete Quedas*, a la vez que confrontarlas con las de

* Artigo recebido em 13/11/2014. Aprovado em 11/12/2014.

** Professora do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Unioeste, Marechal Cândido Rondon/PR, Brasil. E-mail: geni.rosaduarte@gmail.com

otros grupos sociales como los indios y los pescadores. Estos últimos manifiestan su posición sobre asuntos como migraciones, trabajo, preservación ambiental y patrimonio, dejando evidente la diversidad de concepciones y posiciones, así como las disputas y tensiones presentes.

Palabras Clave: Memoria; História; Patrimonio.

Situado num antigo prédio outrora pertencente à Companhia Mate Laranjeira, incorporado pelo Serviço de Navegação da Bacia do Prata, em 1944, o museu Sete Quedas, na cidade paranaense de Guaíra, evoca, de forma retórica, uma perda. As Sete Quedas não mais existem. De fato, com a construção da usina de Itaipu, as cachoeiras foram sepultadas, e no seu lugar ficou somente um grande lago. O centro antigo da cidade, dessa forma, se situa às margens desse lago, e alguns dos edifícios mais antigos salientam-se na paisagem. O patrimônio histórico, ainda preservado, embora com altos e baixos, conserva presente uma memória que se apresenta como sendo de todos os moradores.

Dessa forma, as Sete Quedas são ainda lembradas e evocadas como algo pertencente à Guaíra e que lhe foi tirada, passados mais de 30 anos do seu desaparecimento. Frequentemente são citados, em encontros e cerimônias na cidade, os versos do poeta Carlos Drummond de Andrade, que definem os contornos da memória do que parece ter sido o grande tesouro natural de Guaíra: “Sete quedas por mim passaram, e todas sete se esvaíram: / Cessa o estrondo das cachoeiras, e com ele a memória dos índios, / pulverizada, já não desperta o mínimo arrepio”. Assim, essa memória se estende no tempo, até os contatos primeiros dos europeus com os grupos guarani, e no espaço, abarcando as experiências dos jesuítas com as missões em todo o território platino, em conformidade com outros versos do poeta: “Aos mortos espanhóis, aos mortos bandeirantes / aos apagados fogos / de Ciudad Real de Guairá vão

juntar-se / os sete fantasmas das águas assassinadas / por mão do homem, dono do planeta”, prossegue o poeta (JORNAL DO BRASIL, 09 set. 1982).

Não muito distante de outras práticas museológicas, portanto, aqui também os discursos da exposição podem ser interpretados “como narrativas de perda, apropriação e redenção”, conforme aponta Gonçalves (1996, p. 115). O fato de não considerarmos a perda como “um fato histórico, preexistindo a toda e qualquer classificação”, como esse autor assegura (1996, p. 109), leva à questão inevitável: perda de quê? Ou: perda para quem?

O museu Sete Quedas fica na parte mais antiga da cidade, compartilhando a presença de outros edifícios que remontam à época em que a Companhia Mate Laranjeira explorava as riquezas naturais da região – quando as quedas ainda existiam. Situa-se na denominada *Vila Velha*, antigo espaço de moradia dos trabalhadores da companhia, principalmente paraguaiois, muitos deles ainda presentes ali com suas famílias ou seus descendentes. Ainda há casas de madeira, algumas modificadas, habitadas por famílias que frequentemente relatam “os primeiros tempos”.

O museu permanece aberto pelo trabalho não especializado e constante de funcionários e moradores da cidade. Sílvia Lara, referindo-se a constantes reivindicações de criação de museus de bairro, por exemplo, destaca que elas não deixam de estar associadas “à necessidade de afirmação de uma identidade, através de uma história singular, mostrada e reafirmada através de objetos específicos”, diferenciadores daqueles dos moradores de outros lugares (LARA, 1991, p. 102). Dessa forma, ele permanece aberto à visitação, inclusive de escolares, sem dispor de “uma política de acervo, uma política de pessoal técnico-científico especializado e uma política cultural de difusão de conhecimentos” (LARA, 1991, p. 107). Essa autora observa, com propriedade, que normalmente as reivindicações de movimentos populares

e outros se voltam para a instituição de um museu e quase nunca para a formação de um arquivo, destinado à pesquisa.

Por outro lado, esse museu se ressentia do pouco espaço de que dispõe para expor os objetos e compor assim um relato coerente sobre o passado. São apresentados, em vitrines colocadas muito próximas à entrada, objetos que recordam a ação dos padres com relação aos índios; nas demais salas, evoca-se a ação do homem na modificação da natureza, não só pelo alagamento das quedas, também na destruição da fauna. Em uma sala maior ficam expostos animais empalhados, pertencentes à coleção de Fernando Straube, recordando um passado e uma natureza menos tocada pela mão do homem.

Ana Paula Santos se refere a duas memórias bipolares presentes no imaginário da cidade: uma oficial, justificadora do sacrifício em nome do progresso e do bem da nação, e outra “coletiva, as múltiplas memórias, no caso, a memória dos munícipes guairenses, que, mesmo permeada de conflitos, resiste ao tempo, mesmo que seja apenas para dizer sobre as experiências que os unem enquanto sujeitos” (SANTOS, 2006, p. 114). Ambas fazem referência ao sacrifício feito, mas esta última tem a força de definir uma identidade inclusiva, na concepção de que todos perderam com o desaparecimento de Sete Quedas. Essa última memória define o pertencimento à cidade e à história de Guaíra.

Ao mesmo tempo, define, por exclusão, “os outros”. Índios guarani vivendo no presente em solo urbano, além de pescadores e posseiros constituem os grupos sem lugar nessa narrativa histórica. Configuram-se como sujeitos ausentes, como aqueles que não assumiram o direito de permanência na cidade - olhados como aqueles que “vieram depois”, ou seja, que não participaram da formação do lugar. Por isso, não estão representados nos símbolos patrimoniais presentes no espaço urbano.

A configuração do museu da cidade como trazendo a história do lugar traz problemas bastante significativos para o ensino dessa disciplina. Esta pode caminhar no sentido oposto ao apontado por Sandra Pelegrini (2009). Essa autora aponta como tendências mais contemporâneas das abordagens da questão do patrimônio e dos bens culturais, privilegiar memórias ausentes dos estudos clássicos de monumentos de pedra e cal, e de segmentos menos favorecidos, que se manifestam nas tradições orais e no patrimônio imaterial nem sempre valorizado oficialmente.

O museu veicula uma visão da história da cidade e da região voltada quase exclusivamente aos “monumentos de pedra e cal”, que aparecem preservados, e à memória da perda – a referência à Usina Hidrelétrica de Itaipu, que roubou da cidade as Sete Quedas e nada deu em troca.

Por isso, ficam preservados (e petrificados) vestígios de um passado voltados para a sacralização de uma história que se apresenta como sendo de todos, ocultando-se as diferenças e conflitos, na medida em que todos perderam e todos foram sacrificados. Define-se um ponto de origem, explicativo desse passado, a partir do qual o presente se torna inteligível e passível de ser compartilhado. Com isso, processa-se a inclusão de parte da população, consequentemente, excluindo-se outra.

O museu, como outros da região, é visitado por escolares que recebem informações sobre a “história local”. Certamente pode ser feito um trabalho de leitura da exposição trabalhando os setores sociais ausentes. Todavia, esperar que professores, individualmente, se contraponham a uma memória oficial, nesse sentido, é colocar nas costas desses profissionais uma carga muito pesada, mesmo que alguns possam fazê-lo.

Nos últimos anos a região tem vivido um conflito aberto ente índios e proprietários rurais, por conta da possibilidade de demarcação de terras. Há várias aldeias em Guairá, inclusive em solo urbano, o que realmente traz

problemas para essa população. Sabe-se que as fronteiras políticas nacionais não correspondem aos dos grupos indígenas, pelo que, muitas vezes, se produz a acusação de que “índios paraguaios” reivindicam terras brasileiras.

A perspectiva de demarcação de terras divide a cidade: enquanto os índios esperam das autoridades essa ação, frente às intimidações que vêm sofrendo, os produtores ameaçam chegar às vias de fato. Os jornais locais continuamente noticiam essas questões, tomando partido ao lado dos agricultores. As questões passam a ter visibilidade nos meios eletrônicos: “Ou a Justiça tira [os índios] ou nós tiramos. Não vamos mais aceitar o desrespeito ao nosso suor” - são palavras do presidente do Sindicato Rural Patronal de Guaíra.¹ Ele se baseia no fato de que as terras são produtivas, ou seja, são exploradas comercialmente, o que lhes configuraria direitos e deveriam impedir que as terras fossem consideradas indígenas.

Nessas disputas, expressam-se muitas temporalidades e contradições na própria historicidade das sucessivas ocupações e contatos entre populações. A reivindicação de direito à terra se expressa de formas diversificadas, a partir dos resultados de inúmeros processos ali desenvolvidos desde o período colonial. No dizer de Laverdi (2009), em princípios do século XX, por um lado, desenhou-se um “caráter fronteiriço” a partir da atuação na região das *obrages*, propiciando inúmeros deslocamentos de trabalhadores brasileiros e paraguaios. Por outro lado, a Marcha para Oeste durante o governo Vargas foi espetacularizada em sua ação ‘civilizatória’ nesse processo de expansão das fronteiras nacionais. Ao mesmo tempo, “não se pode também deixar de considerar o seu passado ainda mais remoto e permitir se entrecruzar outras temporalidades”, presentes mesmo nessas rearticulações fronteiriças (LAVERDI, 2009, p. 114). Não se pode esquecer que as populações indígenas sempre foram personagens esquecidos nesses processos.

¹ Disponível em: <http://www.portalguaira.com/PG/guaira-protesto-eleva-tensao-indios-produtores-rurais/>. Acessado: 06 dez. 2013.

São essas temporalidades mais remotas, todavia, as que alicerçam a reivindicação indígena. Uma voz defensora desses direitos se vale disso: “Eles não tem proposto (sic) de tomar terra de ninguém. Apenas lutam pelo seu direito de ter de volta as suas terras, esperando do governo e dos órgãos competentes uma imediata decisão”.² Ou seja, a reivindicação decorre da possibilidade de reconhecimento da primazia dessas populações na ocupação das terras americanas, o que tem gerado conflitos em toda a região.

No museu, o índio é representado a partir da ação jesuítica, ou seja, da ação colonizadora, que se autojustifica e se situa no passado, apenas. É o índio comprometido pelo processo civilizador, definido como patrimônio, segundo uma grade histórica e geográfica. Sua presença define um território, ao mesmo tempo em que reforça a ação desbravadora e colonizadora ali efetuada, não necessariamente a favor deles. Mas a representação de sua presença não possui a força que seria necessária para respaldar a ação reivindicatória dos índios de hoje.

Portanto, no meio de conflitos, o museu define a permanência, a continuidade, não conseguindo, portanto, dar conta da ocorrência de processos migratórios. E migrações constituem o cotidiano de muitos grupos que residem na cidade.

Um museu de uma cidade como Guáira, dentro das preocupações atuais com o sentido social da museologia, não pode ignorar a presença do rio, mas não pode deixar de considerar que este assume sentidos diversos para as populações que dele se servem e que nele trabalham. Não pode desconsiderar a existência de diferentes temporalidades nessa memória, que se expressam nas diferentes narrativas – e “lidar com o tempo nas narrativas é também lidar com a memória” (KHOURY, 2000, p. 128). Nesse sentido, para além das preservações de edifícios, recoloca-se a questão do direito à memória, não à

² Disponível em: <http://tekoaguarani.blogspot.com.br/2012/08/indios-de-guaira.html>. Acessado: 06 dez. 2013.

memória de um passado longínquo, mas aquela que se referencia às lutas e questões do presente.

Há, beirando o lago de Itaipu muitas colônias de pescadores, a grande maioria migrante. Pode-se dizer que a pesca constitui a atividade econômica mais significativa na cidade, e as vilas de pescadores dão a Guaíra uma conformação própria. Todavia, parece haver duas cidades incrustadas num mesmo território: a Guaíra dos edifícios antigos do centro velho parece não ter nada a ver com a Guaíra dos pescadores.

Na perspectiva dos pescadores que entrevistamos, mais significativas do que a submersão das Sete Quedas foram as mudanças que ocorreram no rio Paraná, com a formação do lago de Itaipu.³ Se o museu tematiza as perdas de Sete Quedas e da sua beleza, patrimônio da cidade, as falas dos pescadores tematizam a perda das possibilidades de trabalho no rio. Nas suas falas, a referência é sempre o rio e, no rio, a pesca. Os meses de pesca e aqueles nos quais a pesca está interdita. A falta de peixe. E a referência ao passado fala de uma época em que o peixe era abundante.

Além disso, na fala dos pescadores a região se expande e abarca os lugares de onde vieram. Muitas vezes no lugar de origem as atividades não eram as pesqueiras, mas a agricultura. Assim, o pescador J.C.O⁴ narrou a sua chegada em Guaíra, no ano de 2000, e a maneira como compôs os seus laços com o lugar: “Ah, importante aqui é que eu gosto do lugar, de Guaíra né. Porque esse tempo que a gente veio pra cá, o que a gente não tinha, a gente... correu atrás desses peixinhos, e a gente vai... e o benefício que a gente traz parece que controlo mais, né... Mas era sofrido”.

³ Essas entrevistas foram realizadas em 2006 nas diversas vilas de pescadores de Guaíra, no interior de um projeto congregando professores de letras e história, Clarice von Borstel, Márcia S. Seide, Robson Laverdi e Geni Rosa Duarte.

⁴ Optamos por substituir os nomes dos pescadores entrevistados por iniciais, embora eles nos tenham autorizado a utilização dos depoimentos.

A expressão “mas era sofrido” faz a ponte entre o tempo antigo, difícil e o atual, também difícil, sofrido. Assim, a chegada em Guaira se deu após muitas mudanças, tanto de lugar como de situação de trabalho. Nasceu em Vera Cruz, no Estado de São Paulo, onde os pais eram sitiantes. Venderam tudo e mudaram-se para Dracena, no mesmo Estado. Ele passa a narrar as seguidas perdas: “E de lá perderam tudo! De lá foi na hora que o pai fez um negócio aí no Mato Grosso [do Sul], aí, ficava numa área de uma fazenda, e... e os documento não correram aquela época, não é que nem agora, e acabou perdendo 100 alqueire de terra” .

As perdas referidas se deram, na verdade, no Mato Grosso do Sul, em Dourados, conforme ele narra:

Aí [o pai] comprou, mas o terreno tava numa área de uma fazenda, e fizeram um contrato lá, e esse cara era um picareta, e o picareta comeu tudo aquele dinheiro, e não foi só nosso não, foi de muitas famílias daquela época que perderam tudo. Esse terreno que foi vendido lá, foi negociado 100 alqueire nessa área da fazenda. Depois o fazendeiro apareceu lá, e... despejou tudo.

Isso se deu após a derrubada da mata e do início do plantio do café, conforme ele conta. Em consequência dessa perda, voltaram para o Estado de São Paulo, mas agora para trabalhar como assalariado: “mas só que daí agora nós foi trabaiaá pros outro, entende? (...) porque agora perdeu as terra tudo, não tinha mais jeito de...”

A migração seguinte foi na direção do Estado do Paraná, para trabalhar na colheita do café, sem fixação nenhuma: “E dali nós foi pulando de fazenda em fazenda, e conforme terminava...” O relato prossegue, contando sobre as cidades em que morou, sobre as dificuldades de trabalhar com lavoura de café, sobre as experiências como arrendatário... E uma tentativa de se fixar no Paraguai também.

O dinheiro ganho no Paraguai representava uma pequena fortuna, e permitiu vivenciar a experiência de morar na cidade. Não deu certo: “Aí eu cheguei lá e não gostei, porque a gente é acostumado na roça, e lá o serviço mais era mais pesado né, era mexe com aquelas construção, com cimento e vixe... daí eu falei: ah não!” A possibilidade de comprar uma casa levou-o a Guaíra, até a vila dos pescadores, hoje chamada Santa Clara, onde comprou uma pequena casa. A indicação para o lugar veio de um amigo, conhecido do tempo em que viveu no Paraguai, que já morava ali. A atividade como pescador decorreu disso:

Ah, eu vim pescar porque eu vi a turma tudo pescando aí e... se for vê, pra gente fica parado é ruim né! Pelo menos a gente pode pegar uns peixe aí, e começa a vida pro outro lado né, pra ajuda um pouco em casa. Daí comecei de pescar, depois a turma tudo tinha de comércio, daí eu falei puxa vida! E nós não tinha barco e não tinha nada, daí eu falei vou te que tira os documento também, e legaliza e faz um barquinho também.

Mostra com muito orgulho a autorização da marinha para exercer o ofício, no seu próprio nome e em nome de sua esposa. É como se esses fossem os seus documentos que garantem o direito à sua permanência na cidade – o seu maior patrimônio. A renda auferida a partir dessa atividade complementa o que recebe de aposentadoria (por idade, acrescenta ele).

É significativo que o processo vivido por esse pescador, de migrações continuadas, não encontra correspondência em outros fluxos migratórios direcionados ao Paraná a partir de meados do século XX, especialmente os que se dirigiam para a região Oeste do Estado, vindos do sul do Brasil. A cafeicultura do norte do Paraná atraiu migrantes, mas é significativa na história de J.C.O., a passagem pelo Mato Grosso do Sul e pelo Paraguai, outros locais passíveis de fixação. O elemento comum dessa itinerância é a lida com o café, e os conhecimentos desse trabalho em todos os locais por

onde passou. A atividade pesqueira surge quando o trabalho na agricultura, pela dificuldade do acesso à terra, torna-se praticamente impossível.

Outro morador de Vila Santa Clara, o pescador S. A. F., assim descreve seu trabalho antes de se tornar pescador:

Fui posseiro, trabaiei de arrendamento pros outro muitos anos, pagando pra empresta terra dos outros, despois fui trabaiaí de encarregado de arruma gente pra trabaiaí de bóia-fria pra outras fazenda. (...) É, eu enchia caminhão de gente com oitenta, cem peão e... É, como “gato”. Mas aquele trem tava me trazendo muito problema, em Maracaju mesmo aí, umas duas três vez eu já andei em ponta de faca pra poder separar a briga dos outros. Eu vi e falei esse negócio vai me compromete, uma hora um fura o outro aí, e quem cai na polícia é eu. (risos)

Inúmeras vezes durante a entrevista referiu-se à sua aposentadoria, à sua condição de aposentado. Também vinculou a sua inserção na pesca como decorrência do pouco dinheiro que recebia como aposentado:

É, comecei a pescar quando me aposentei. Mas... eu vi que não dava pra vive mesmo! Daí eu resolvi pescar, pra mim inteirar a aposentadoria pra pode se manter, porque não dava. A aposentadoria só não dava pra se manter. Tava eu a muié, quatro filha e um filho... e a aposentadoria dava dois real por mês! Não dava. Daí eu resolvi pescar pra pode enterra, pra cumpri a manutenção de casa.

Posteriormente, ele contou que também trabalhou em alambique para produção do óleo de hortelã, num tempo em que essa atividade era muito difundida aqui na região. Contou também que trabalhou em serraria.

A inserção na atividade pesqueira vai ser narrada em continuidade às demais experiências de trabalho, principalmente àquela que viveu como “gato”, nome dado ao recrutador de trabalhadores para trabalhar em fazendas e em outras obras, e que muitas vezes se envolve em conflitos por conta das relações de trabalho praticadas. Daí, talvez, a importância que dá à legalização da atividade de pesca, para a qual possuía, segundo ele, todos os documentos:

É, claro, você põe cem peão aí, daí vai dois três que não presta, só pra fazer algazarra, e a gente não conhece todo mundo né, passa pegando gente nas vilas tudo aí... daí eu vi que isso vai me trazer problema, vou parar aqui. Experimentei de pescar aí, experimentei de pescar, vi que a pescada tava boa, que dava pra viver, falei vou pescar, vou largar a mão de trabalho. E tô com vinte anos que eu pesco, agora tá com dois anos, fazendo quase dois anos que eu tô parado. Mas tenho tudo, minhas coisas de pesca aí, documento da marinha, carteira de habilitação da marinha, carteira da colônia, eu tenho tudo, meus documentos eu tenho tudo, SUDEP, não falta nada! Então eu parei de pescar por esse motivo, que uma vez que o peixe tá raro demais da conta, e outra é que eu tive doença também...

Ou seja, pode ser que a preocupação com o desempenho ilegal de recrutar trabalhadores tenha feito com que ele desse muita importância à legalização da nova atividade: toda a certificação legal de que tinha direito de exercer a pesca. Nas entrelinhas, fica colocada a dificuldade de “andar na lei” quando se mexe com agricultura, e nisso o depoente coloca sua atividade enquanto boia-fria, posseiro e, finalmente, como “gato”, sempre enredado nas tramas da ilegalidade.

J.C.O. fala também com muito entusiasmo da legalização da pesca, dos documentos que conseguiu obter, até mesmo fazendo cursos:

Pescar não é tanto, mas o documento [documento] deu trabalho! (...) Tem que mexer numa coisa, mexer na outra... porque ali tem que legalizar bem certo. Porque senão a turma pega lá no meio do rio aí também né... aí pega o peão e não pode mais pescar lá. Nós tivemos que fazer curso da marinha, pegamos as carteiras tudo da marinha, tem a autorização certo, né..

Esse pescador se refere à fiscalização feita nos locais de pesca, mas outro problema que alguns deles relatam, com muitas reticências, é a existência de contrabando pelo rio. Daí a grande importância de estar legalizado, e de poder provar que sua atividade é legítima.

A narrativa de S.A.F. da sua entrada na atividade pesqueira faz referência a um tempo melhor, onde o peixe era abundante, comparando à situação vivida hoje, quando ele é escasso:

mas isso aqui, um tempo antes, dava pra mim viver das pesca, era o emprego mior [melhor] que tinha em Guaíra aqui era pescar. Eu mesmo mudei, trabaiei de bóia-fria um monte de tempo depois que eu parei de trabaiaí de arrendamento pros outros, daí eu resolvi pescar por causa disso aí, você pesca dois dia e ganha a semana. Agora hoje em dia você tem que pescar a semana inteira e não ganha dois dias.

E tem uma explicação para a queda na produção de peixe: “Depois que eles fez as queda aí pra fazer aqueles canal de irrigação, as queda dos canal de irrigação, não produziu mais peixe”. Ou seja, ao fato de que o ecossistema sofreu com intervenções feitas no rio quando já eram sentidas as consequências da construção da usina de Itaipu. E mais especificamente, o pescador refere-se ao desaparecimento de alguns tipos de peixe, anteriormente mais valorizado:

É, o legítimo mesmo, que era o cascudo preto, aquele acabou, e era os que as pessoa mais via nessas pedra aí. Depois só sobro o armado e os outros peixe aí. Agora os outros peixe acabou também, que se você por dez, quinze rede pra pega aí cinco seis quilo de peixe, hoje em dia não tá dando mais isso não. Hoje em dia você tá pescando aí, tá pondo oito, dez rede e pega dois quilo de peixe. Tem até noite que ele pega, pra e não vai. Já tá com umas três noite que ele não vai porque não adianta ir, não paga a pena sair pra caça o peixe, não tá tendo peixe mais.

O pescador J.C.O. tem uma explicação para a diminuição no número de peixes: “Ah, eu penso eu que é por causa do frio, né. Os peixe fica parado e não anda [nada] mais”, e com isso seu desenvolvimento seria interrompido. O resultado seriam peixes pequenos e “quase sem carne”. Outros entrevistados durante a pesquisa deram explicações parecidas: que a formação do lago impedia que o peixe “subisse o rio”, que o seu desenvolvimento era comprometido por conta disso... S.A.F. tem outra explicação, e fala disso detalhadamente:

Hoje em dia não pega mais peixe bão! Peixe grande não pega mais. Quando for pegar, pegar é só o que consegue pegar é limbaí. Que antigamente era proibido, mas o certo é até hoje pela marinha é proibido. Mas você pode ir nesses porto de manhã cedo a hora que chega os pescador. Tudo peixinho assim (índice de medida), dois três quilo cada um, e na malha sete

(rede), tá “limpando o rio”. Daí eu falo, agora vai acabar com o resto, porque desse tipo que tá... agora os alevino que era pra crescer, pra virá peixe grande cai na malha sete (tamanho da rede) não se cria mais peixe aí. E aqui em Guaíra pescador tá com... um tanto de pescador danado aí. Na colônia mesmo nós tá com mil e poucos aí. (...) Eu acho que, se não fizer uma parada nesse rio, lá entre os pescador, porque tem muito dinheiro de pescador empatado aí, tem um barco comprado, principalmente esses motor novo que tão saindo agora, tá ficando por dez mil reais. Então, fica por fazer assim, ou indenizar o pescador que tá aí no rio, os pescador que tá ali no rio, e para menos uns quatro cinco anos pra te peixe aí, para mesmo!

Sua sugestão, portanto, é parar de pescar e, com isso, preservar o rio com seus peixes. Tal ação deveria, de preferência, partir de uma entidade organizada, que pudesse garantir o pagamento por aquilo que os pescadores deveriam receber caso continuassem pescando. Mas, se isso não fosse possível, seria necessário que a decisão partisse dos próprios pescadores, os maiores interessados na continuidade da existência de peixes de bom tamanho que pudessem ser pescados.

Outro pescador, A.W.C., 39 anos na época da entrevista, é originário de Mato Grosso, está há 37 anos em Guaíra, atuando há 20 como pescador. Ele narrou que aprendeu a pescar com o pai, e que faziam isso na ilha da Capivara, do conjunto de ilhas do complexo da ilha Grande. O pai comprou o direito de posse de uma ilha e foi para lá, deixando a esposa por um tempo em Guaíra. Foi então que começou a pescar, numa época descrita como de muita fartura:

porque ainda dava, aquela época mesmo lá, aquela época que ele, que nós viemos pra cá, que ele trouxe, né, aquela época lá não tinha assim esse negócio de ficar passando necessidade. Tinha mais peixe. Eles tiravam lá da própria ilha, eles tirava... que eles plantava, daí ia pescar, e o sustentozinho, que tinha muito peixe né, vinha o sustento ali do rio, aí a despois vinha a lavoura, né. Então tinha muito, muito, muita fartura né!

Começaram a plantar. Foram retirados do local quando da formação do Parque Nacional de Ilha Grande, que abrange municípios do Paraná e Mato

Grosso do Sul, criado pela presidência da República em 1997 por meio de decreto. O pescador afirma que ainda há muitos moradores nas ilhas que se recusam a sair:

Não querem sair... sabe o que que é isso aí, eu sei lá, a gente... eles talvez aproveita pouco das pessoas que tem pouco estudo, que é as pessoa, que é assim, igual a gente... é claro que não sabe muita coisa, mas que nós pega aí uma reunião de pescador, aí falo assim oh, é que... que a Ilha Grande era proibido de ir lá e não sei o que... mas é proibido de boca, porque de cartório mesmo, carimbado mesmo, papel registrado não tem nada, até hoje. (...) É, não tem uma documentação. Eles proibiu, eles chegava assim na época assim, *que vocês tem que sair daí, tem que sair*, pronto acabou. Teve muitos pescador que tinha vaca... e é pescador uma coisa só, é o mesmo ramo dele! (...) Tava lá com vaca e porco e eles chegava lá e falavam vocês tem que saí, porque não pode criar, e não sei o que...

O pescador A.W.C., nessa fala, constrói um distanciamento entre “eles”, o governo, o instituto que dirige o parque e traz a orientação para sair, e eles mesmos, os pescadores, que ainda residem e habitam, mesmo clandestinamente, as ilhas. Ele se firma, para isso, no “direito de posse”, que foi comprado e que vigora com força baseado no costume.

Aquilo que outros pescadores apontam como sendo “do passado”, de um passado mais farto, em que se podia ter mais peixe, frente a um presente problemático, para A.W.C. isso se dá na diferença entre viver nas ilhas, com fartura, plantando, criando e pescando, e mais próximo à cidade, na colônia de pescadores:

a gente sente, porque lá é bom né! Lá não é uma coisa assim difícil, né. A colônia assim, pra começar, se você quer criar uma galinha, um porco ou qualquer coisa, você cria né, ta ali, ta certo que ... Mas ali você tem de tudo, não tem tanto trabalho! E aqui na cidade é difícil né. Na cidade aqui tem que se tudo suado mesmo! Igual mesmo, que a gente vem pescar aí mesmo aí, não é porque eu tô falando assim porque... eu falo e aposto. Vou lá e ponho dez corda lá, e ranco dois litro aí de isca, e ponho lá, se pega quinze, vinte quilo de peixe é muito, isso se saí, heim. Se saí é um milagre. É uma luz que vai estourar de peixe. Porque tá ruim, tá difícil!

Mas o passado não deixa de ter os seus encantos, lembrado pelo pescador. Tanto quanto a instituição do parque, outro marco que vai delimitar o tempo dos peixes e a construção de Itaipu e a formação do lago. O exemplo dado tem dois personagens, o pai, que pescava muito, e ele, que convive com a escassez de peixe.

O finado meu pai, ele punha ali uns toco de rede, com aquela rede de malha 14, pegava aquelas piapara, piracajuba, aquelas coisa mais linda! Hoje você... hoje você... saia batendo por aqui, naquelas ilhazinha, rodando de curva da água, jogando a vara, se você catava aquelas piracajuuba, aquelas piapara... hoje oh... hoje depois desses tempo que a Itaipu entro ali, e fez essa barragem, a gente jogava uma pedra ali, pegava uma pedrinha e jogava ali ela saia rolando, hoje a senhora pode pegar e jogar uma pedra ali, amanhã, passa depois pra olhar ela, tá no mesmo canto. Então acabo a... e cada vez também não tira mais! Isso aqui mesmo, daqui pra cima aqui, se a gente não souber andar, com esses botinho pequeno a gente não anda.

Afirmando a escassez, ou negando-a, pelo menos na proximidade das ilhas cuja habitação vai sendo pouco a pouco interdita aos pescadores, A.W.C., na verdade, procura preservar um modo de vida, em que a pesca convive com outras atividades de sobrevivência e torna tudo melhor:

É, tá tudo... é, é isso mesmo a vida da gente é essa mesmo! Mas só que... como é que eu posso explicar isso daí? E tudo um grupo, o planeta é tudo, e vai, tá certo, né, porque enquanto, enquanto ele tá dando nós podemos viver dele, mas e quando ele não tá dando? Quando não tá dando não tem jeito! Porque tem muitos pescador aí, que é gente mesmo, que eu vejo que é pessoa honesta mesmo, que não em coragem de fazer as coisa errada, hoje tá sendo obrigada a fazer as coisa errada. Por quê? Vai trabalhar, não tem! Vai pescar... sabe fazer o que? Pescar....

A solução para resolver a escassez de peixe? Como “o planeta é tudo”, “enquanto ele tá dando nós podemos viver dele”, há necessidade de responder aos seus sinais. Para dar conta disso, um caminho seria deixar de pescar, deixar de retirar do rio o pescado:

agora eu acharia uma coisa, pra pode miorar o nosso peixe aqui, pra miorar [melhorar] isso aqui, tinha que dá um meio de trancar. Ou tranca uns três ano, uns três, quatro ano, pra ninguém pescar mesmo, ou dá um jeito, pra nós que somos pescador, dá um jeito de criar os peixe fora. Agora eles fizeram os cativeiro, esses cativeiro aí em baixo, tá criando pacu aí em baixo aí... a peixaria aqui mesmo falou que não quer porque cria o pacuzeiro lá com um quilo, um quilo e pouquinho, vira só aquele espinhaço e couro. Eu acho que não da renda não.

Ou seja, para preservar o rio, torna-se necessário parar de pescar. A criação do peixe em cativeiro, apontada como uma possível solução, não chega a trazer bons resultados, uma vez que o peixe aí criado não se torna muito bom para consumo. A solução seria “dar um tempo”, possibilitar que o peixe do rio possa se reproduzir.

Portanto, a relação do pescador se faz prioritariamente com o rio, e não com os peixes, com o produto retirado da natureza. Deixar de conviver com o rio, para A.W.C., assim como para outros, configura-se como a extinção de um modo de vida que articula saberes de pescar, criar, plantar. Então, preservar o rio seria preservar o maior patrimônio da cidade de Guaíra.

O pescador E.T., com 60 anos, é natural de Cruz Machado, no Paraná, e desenvolve suas atividades em uma das ilhas. Veio para o oeste paranaense com 14 anos, em 1960, quando “era tudo sertão”. Os pais eram lavradores e se dedicavam principalmente ao plantio do fumo. Com a morte da mulher, o pai resolveu se fixar definitivamente na ilha Perus, que fica a uns 30 km de Guaíra, segundo informou o pescador. Faz questão de afirmar que comprou a ilha, “de segunda mão”, de uma pessoa que ali residia e que plantava café – “não entrei nas terras da marinha”. E ele prossegue contando:

Daí ele [o pai] disse: *vamos pra ilha!* Ele acho mais melhor aqui, mais sossegado na ilha. Até hoje é bastante sossegado na ilha! Em vista que tá ocorrendo as coisas errada, a gente não aprendeu a fazer nada errado... E daí nós entremos na ilha, ali nós plantemos muito arroz e feijão, fizemos bem dinheiro na época... era bom de viver na época, a terra é boa na ilha... o adubo na ilha é só enxada! Mas depois mais, eu entrei mais pra pesca quando eles projetaram a... porque eu sempre pescava

sabe, eu tocava a lavora e pescava, mas depois entro o parque, ponharam, *ponharam* (ênfase na palavra) o parque em nós, né... e daí não pode plantar. Aí atrapalhou tudo pra mim! Eu tinha gado, eu tinha porco na ilha...

A pesca foi uma decorrência natural da vida na ilha: “É, eu fui obrigado a pescar. Porque quando eu entrei eu já pescava. Daí era bom de peixe, a gente pescava pouco e pegava muito!”

Refere-se depois à grande enchente que, com a subida do lago, desabrigou muitas das pessoas que viviam nas ilhas, ele inclusive.

Olha, da ilha, da ilha aquela vez, desabrigo todo mundo, né, por causa daquela enchente. Aí depois nós ficamos alojado aqui, por um tempo, mas eu depois voltei de novo. Eu e mais alguns voltaram. Outros já não voltaram mais, alguns foram assentados lá perto, mas eu voltei pra trás... por causa das abelha que eu tinha, daí eu não queria deixar as abelha, eu queria cuida das abelha pra mim...

Fala também da criação de abelhas que desenvolve, algumas não nativas das ilhas, atividade, aliás, proibida pelo Ibama. Isso faz com que ele se recorde de um tempo anterior à enchente, quando viviam na ilha, segundo ele, umas 53 famílias:

E aqueles tempo era muito bom, e eu tava esquecendo, antes de [19]83, antes de Itaipu, que lá em cima tinha escola, tinha missa uma vez por mês, lá em cima na ilha. Depois acabou tudo! Campo de futebol nós tinha lá em cima, aqueles tempo era bom! Um povo unido! Nós era um povo unido, que até os padre falavam, mas não tem tanta gente na ilha, como é que tem tantos aqui na missa? (risos). Ia tudo, ia tudo, porque ninguém queria roubar. Aquele tempo ninguém roubava um do outro.

A crítica à Itaipu se vale inclusive de referências literárias, que estiveram presentes nas lutas dos movimentos sociais contra as ações da usina. E. T. se refere ao livro do jornalista Juvêncio Mazzarollo, publicado em primeira edição em 1980, acrescido da informação de que o contrabando se desenvolve com força no local:

Quando fecharam a taipa da Itaipu, como é que ele falava... era a taipa da injustiça. Porque pôs uma natureza, que nem as queda, debaixo da água, e depois abriu a exportação, de contrabando. (...) Se eu é pra pescar no lago, a minha natureza não dá [para] ir. Não dá! E daí? Ali a gente vê coisas que, o que eu vi eu não enxerguei, e o que eu ouvi eu não escutei (risos). Só que eu não entro nisso.

Todavia, mais do que a Itaipu, o pescador responsabiliza o Ibama pela mudança no seu modo de vida. Foi a proibição de plantar e de criar que mudou tudo.

Oia, eu vou fala uma coisa, que o Ibama pra mim me prejudicou muito! Porque eu tava com mais de cem porco, solto no mato né. E tava com trinta e duas cabeça de gado. Me quebro, eu vou fala! Porque eu não entrei no parque, eu fui obrigado a tira o gado, por lei ... que eu fiquei sabendo. sem direito a nada! E não tinha aonde que por... a senhora mesmo tinha que ter visto, a criação, vaca de leite, e tudo a criação que eu vendi, a cem real por cabeça, mais ninguém me deu na Guaira. Aí, aí me quebro! Sabe o que que é quebra? Eu já chorei nessa ilha aqui! Porque pnharam o parque ne mim, eu não entrei no parque!

Mais ainda: a atuação do Ibama no sentido de colocar no parque animais em extinção. Além dos problemas causados à população que lá reside e que tira o sustento de algumas atividades como pesca, agricultura e criação de abelhas, causa um desequilíbrio no próprio meio ambiente, que o pescador explica da seguinte maneira:

O IBAMA soltou a primeira onça, antes não tinha. Depois tinha muita caça. Agora não tem nada lá! A onça ta acabando tudo! Uma coisa que eu achei que não ia acabar é o tatu, mas o tatu tá em extinção! (...) Capivara acabou, o veado gaiero lá acabou também... e não é caçador que tá matando isso aí.

Ainda falando sobre as onças, ele conclui: “De primeiro era de cativoiro, eles soltaram algumas pra soltar no parque, pra criar o bicho. Mas qual é a beleza de uma onça no mato? Ninguém vê ela!”.

A afirmação repetida de que não entrou no parque, mas que o parque foi colocado em cima daquilo que lhe pertencia aparece carregada de emoção. Continuar a exercer seu trabalho, continuar a plantar e a criar abelhas – mesmo que contra as determinações do Ibama – aparece então como resistência, como forma de afirmar seu direito de estar lá:

Eu de tanto exigi eu faço a minha rocinha. Porque eu lá quando não to pescando daí eu toco a minha lavorinha, pra tirar mandioca e coisa pra comer. Isso ninguém impede. Daí eu prefiro ir de comer na cadeia (risos). Sem trabaia não dá pra ficar não! Porque ninguém me trata. Agora daqui uns tempo mais, se funcioná o meu aposento, daí sim... daí eu sossego um pouco mais, daí eu já fiz a minha parte! Eu trabalhei...

O direito de trabalhar é reafirmado pelo fato de ter trabalhado, de ter plantado, colhido, criado. A justificativa para continuar se vale até mesmo de argumentos ambientalistas:

Eu lá agora tenho noventa pé de mexerica carregando. Tem vez que eu traço pra vender. É uma coisa que o Ibama queria me embargar, e eu falei não, esse não tá poluindo o planeta, e depois quando eu fica r velho e tiver morando na ilha, eu tenho a frutinha pra levar pra vender! (risos).

Há alguns pontos nesses depoimentos que podem ser destacados. Em primeiro lugar, junto com a experiência de migração, os depoentes relatam a prática com as lides agrícolas, anterior ou concomitante à ida para Guaira. Muitas vezes, a história das migrações sinaliza questões vivenciadas em outras regiões; em outras, trazem à luz problemas relativos à ocupação e posse de terras (ou seja, a atuação como *posseiros*) em solo paranaense, no interior do processo de ocupação que se desenvolveu na região na segunda metade do século XX a partir de empresas colonizadoras. Continuamente, essas rotas se fazem do Paraná ao Paraguai, a Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, constituindo idas e vindas que se entranham nas histórias de sitiantes e pescadores. Essas experiências quase invisíveis recentemente têm sido objeto

de estudos – destaque-se, com o exemplo, a tese de doutorado de Laverdi (2005), entre outros.

Por outro lado, os pescadores desenvolveram suas atividades numa situação de mudanças extremas, quando o pescado, que era abundante, passou a escassear. Peixes que antes eram desprezados, como o armado, hoje são bastante comercializados. As explicações dessa falta são dadas com a autoridade de quem acompanha no cotidiano todas as mudanças por que passa o rio (ou o lago). Fotos antigas são mostradas para provar que antes os peixes maiores eram abundantes. As causas das mudanças são apontadas, desde a falta de movimento nas águas que impede que os peixes subam o rio para procriar, até a questão do assoreamento do lago. Esses saberes constituem um patrimônio imaterial que ainda permanece inexplorado, desconhecido.

Nas palavras de Khoury:

Ao narrar, as pessoas estão sempre fazendo referências ao passado, e projetando imagens, numa relação imbricada com a consciência de si mesmos, ou daquilo que elas próprias aspiram ser na realidade social. Associando e organizando os fatos no espaço e no tempo, dentro dos padrões de sua própria cultura e historicidade, cada pessoa vai dando sentido à experiência vivida e a si mesmo nela (2000, p. 131).

Se o museu se dispõe a ouvir – e depois representar – esse diferentes narradores, abandonando uma narrativa única, pode “descortinar possibilidades alternativas na realidade social”, “descobrir tendências que questionam a ordem”, e “esses pontos de vista são uma contribuição expressiva na construção histórica, quando conseguimos compreendê-los e explorá-los em suas raízes sociais e históricas, em seus significados culturais e na dinâmica histórica em que se constituem e assumem sentidos” (KHOURY, 2000, p137).

Podemos considerar que esses pescadores, ao atribuírem significados diversos ao rio, desenvolvem ações de resistência, seja continuando com a atividade pesqueira no meio de todas essas dificuldades – e entre elas podemos

citar desde o contrabando até os conflitos com guardas do lado paraguaio, algumas vezes relatados – seja desenvolvendo atividades agrícolas e outras contrariando as orientações e disposições do Ibama. Alguns deles têm mais consciência do que representam essas atitudes de resistência, em especial o pescador E. T., que utiliza os argumentos ambientalistas para justificar suas ações, como procuramos mostrar. Ele observa, com argúcia, que as questões vivenciadas não decorrem da ação da natureza, quando conclui, rindo: “... a turma diz que tem medo de onça. A onça não é perigosa. Perigoso é o homem!”

Referências

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ / Iphan, 1996.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 11, n. 23, p. 15-36, 2005.

HOJE FOZ. *O legado do professor Juvêncio Mazzarollo*. Entrevista concedida ao jornalista Adelino de Souza. Foz do Iguaçu, 19 out. 1978. Disponível em: <http://www.appsinstituto.org.br/Include/Paginas/noticia.aspx?id=10273>. Acessado: 11 jun. 2014.

JORNAL DO BRASIL, 09 set. 1982.

KHOURY, Yara A. Muitas memórias, outras histórias: cultura e sujeito na história. In: FENELON, Déa R. *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D'Água, 2000.

LARA, Sílvia Hunold. História, Memória e Museu. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, n. 200, 1991.

LAVERDI, Robson. Migrações e outros deslocamentos entre fronteiras: trajetórias de pescadores tecendo pertencimento em Guaira – Paraná. *Espaço Plural*, Mal. Candido Rondon, Ano X, n. 20, 2009.

LAVERDI, Robson. *Tempos diversos, vidas entrelaçadas*. Trajetórias itinerantes de trabalhadores no Extremo-Oeste do Paraná. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005.

PELEGRINI, Sandra C. A. *Patrimônio cultural: consciência e preservação*. São Paulo: Brasiliense, 2009.

SANTOS, Ana Paula. *Lago de memórias: a submersão de Sete Quedas*. Maringá, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, 2006.

